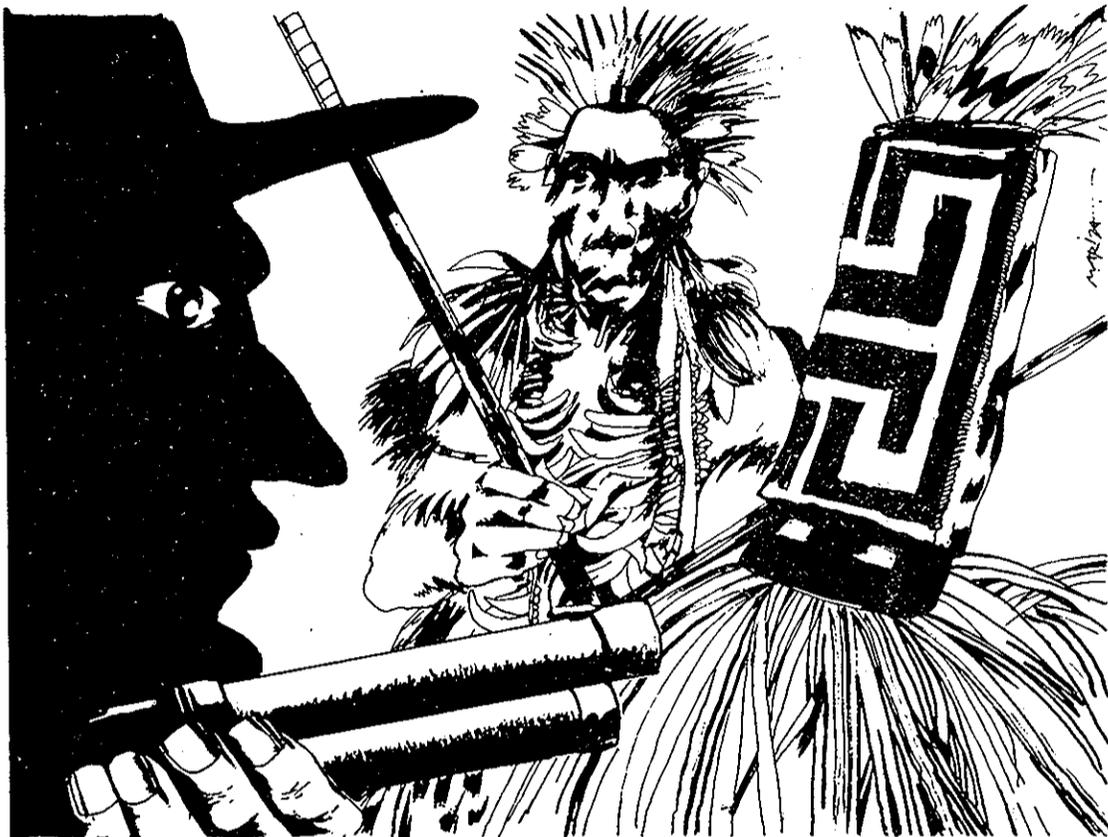


Cinco anos depois, a demarcação é ainda uma promessa

A demarcação constitui recurso jurídico para garantir aos índios terras que milenarmente são suas, bem como protegê-los da influência perniciosa dos brancos invasores. Mostra o autor que, após cinco anos de muitas promessas, as autoridades sequer iniciaram esse trabalho de proteção em 70 áreas dentre as 500 existentes.

Pedro Zan



Cinco anos depois de muitas promessas, o Governo Federal ainda não iniciou a demarcação de 70 áreas indígenas de um total de mais de 500 que sofrem continuamente a invasão de posseiros e fazendeiros, o que reduz ainda mais os limites dessas reservas. Esse é um trabalho tão prioritário que antes mesmo do início da Semana do Índio, de 19 a 24 de abril, seus organizadores já escolheram um importante slogan: "Ano após ano, pela demarcação das terras indígenas."

Qual o motivo desse atraso? "Falta de verbas", argumenta a Funai, para retardar ainda mais a demarcação das terras, um trabalho que agora não tem sequer prazo para ser concluído. Ao mesmo tempo em que mantém sua indecisão, a Funai, segundo fontes da Comissão Pró-Índio, ficará na dependên-

cia dos Ministérios do Interior e Assuntos Fundiários (este sem qualquer relação com a preocupação de se zelar pelo índio) que terão a "decisão final" nas discussões pela demarcação.

Para a demarcação do primeiro lote de áreas, a Funai solicitou ao Governo Federal Cr\$ 1,5 bilhão, que foi reduzido inicialmente para Cr\$ 426 milhões, até chegar recentemente a Cr\$ 35 milhões, quantidade que sequer é suficiente para contratação de topógrafos e pessoal de campo, acostumados a esse trabalho de delimitação de áreas. Enquanto as verbas diminuem, cresce a tensão social em muitas dessas reservas espalhadas em todo o País.

A Comissão Pró-Índio de São Paulo explica que as populações indígenas ocupam nesgas de terra desde tempos pré-colombianos e, pelo Estatuto do Índio, es-

sas áreas lhes pertencem, independente de qualquer delimitação realizada pelo Governo Federal. E que Ministérios do Interior e Assuntos Fundiários — não engajados na luta pela preservação da integridade do índio — estão mais preocupados em atender todos os grupos interessados na posse da terra do que dar uma solução definitiva para cada caso.

Comissão Pró-Índio e órgãos internacionais pressionam a Funai

Além de não conseguir delimitar as terras em que vivem há milênios, os índios podem ficar sem ver-

bas suficientes para manter sua assistência médica, o que irá colaborar para a redução da população das tribos, no instante em que a Funai anuncia o início de contato, ou maior aproximação, com parte dos cerca de 10 mil índios ainda sem conhecer a civilização, ou em fase de atração pelas equipes de sertanistas. Atualmente, há oito frentes de atração nos Estados do Amazonas, Maranhão, Goiás, Pará, Rondônia e Território de Roraima. A Funai está fazendo o levantamento de outros seis grupos indígenas, no Amazonas e Maranhão, para abertura de novos pontos de contato.

O argumento da Funai está em desacordo com o que ocorre na prática: "Tais trabalhos (os de frentes de atração) permitem conhecer a extensão de terras necessárias a cada grupo indígena, visando à futura demarcação, e garantem uma assistência permanente aos índios, referente aos seus direitos. O que acontece, porém, é que a maioria das frentes de atração está sujeita a ataques de índios contra funcionários da Funai, o que leva os sertanistas a argumentar: 'Esta é uma reação natural dos indígenas, ante a presença dos brancos em suas terras, já que os silvícolas sempre foram agredidos e quase dizimados por brancos, durante toda a História do Brasil'."

Crescem os comentários na região de Cuiabá, em Mato Grosso, que nos próximos dias serão adotadas as primeiras medidas para nova diminuição das reservas indígenas, por causa das pressões fundiárias. Recentemente, venceu o prazo para o pagamento da dívida (primeira parcela) da Agropecuária Capemi à Funai — um contrato pelo qual ficou acertado que a empresa se encarregaria de retirar madeira de uma área de 20 mil hectares que pertencem aos índios Paracanã. O valor total do contrato é de Cr\$ 356 milhões.

Ainda em março, o Banco Mundial enviou telex à Fundação Nacional do Índio, reclamando do atraso na demarcação das terras dos índios Nhambiquara, em Rondônia (cerca de 400 mil hectares), conforme ficara acertado com o gover-

no brasileiro, durante assinatura de financiamento a programas do Polonoroeste. O telex provocou irritação no presidente da Funai, coronel Paulo Leal — "não aceito pressões de ninguém" —, que voltou a alegar falta de recursos para demarcar terras e indenizar fazendeiros da área. Nessa época, a Funai tinha em caixa apenas Cr\$ 32 milhões; para indenizar todos os fazendeiros seriam necessários Cr\$ 250 milhões.

Empresa envolvida em irregularidades invade área dos Paracanã

Os Paracanã, que perderam as árvores de suas terras para a Capemi — empresa envolvida em várias irregularidades e cuja direção deverá responder a uma CPI criada na Câmara Federal —, escolheram, há cinco anos, um novo local para viver, ao saberem que suas reservas seriam inundadas pelo lago a ser formado com a barragem de Tucuruí. Transferidos, os índios não tiveram até agora uma delimitação de suas novas terras, motivo de inquietação em virtude de esta área já ter sido invadida por colonos do Inca.

Com a transferência dos Paracanã, os índios tiveram mais prejuízos que vantagens. Perderam o auxílio do hospital da Vila Permanente, existente junto ao canteiro de obras da usina hidrelétrica de Tucuruí, sendo cuidados por atendentes de enfermagem da Funai que, em sua maioria, "não possuem conhecimento suficiente de moléstias que atingem as populações indígenas". Além disso, desde 1978 há índios Paracanã perambulando pelo seu novo território, sem ter tido nunca contatos com brancos. Eles representam uma população de 100 a 150 pessoas.

A difícil situação do índio e da demarcação de suas terras foi um dos motivos que levou o deputado e ex-cacique xavante Mário Juruna a apresentar um projeto propondo a criação do

A situação atual das terras dos índios Bororo de Mato Grosso é das mais críticas. A reserva indígena de Meruri está apenas parcialmente demarcada, uma situação melhor do que a dos Bororo da reserva de Teresa Cristina, Tadarimana e Jarudori. Das três, a de Tadarimana está fortemente ameaçada por brancos interessados nas ricas matas e terras férteis; a de Teresa Cristina foi invadida por um fazendeiro que ocupa as melhores terras, deixando aos Bororo áreas arenosas sujeitas à invasão de posseiros e pescadores. O comentário geral na região é que "as reservas indígenas vão acabar".

Comissão do Índio, em caráter permanente na Câmara dos Deputados. Sua função: receber e investigar denúncias sobre assuntos de interesse do índio, propor medidas legislativas de defesa do índio e da ecologia das reservas indígenas, e investigar o cumprimento da legislação de defesa do índio.

Enquanto não surge essa comissão, aldeias indígenas serão prejudicadas pela estrada que liga Belém—Brasília ao Mato Grosso e que atravessa o parque nacional do Araguaia. Denúncia feita pela Comissão Pró-Índio indica que a mais atingida será a aldeia Javaé, de Barreira da Cruz, na foz do rio Formoso. A aldeia também não tem sequer suas terras delimitadas e fica fora da área do parque indígena do Araguaia, embora tenha grande significado mitológico e histórico. É considerado um dos berços das nações Javaé e Carajá.

“Os Javaé desta aldeia — afirma a Comissão Pró-Índio — sofrem pressões de fazendeiros e a omissão da Funai em demarcar a área ocupada imemorialmente. Quando cruza o Araguaia, a estrada passa próxima à aldeia Carajá, de Macaúba, aproximando turistas e pescadores profissionais, que dizem a pesca na parte norte da ilha. Com a construção da estrada, a invasão de pescadores tende a aumentar. A estrada serve aos interesses de criadores e arrendatários do Parque Indígena do Araguaia. E a comissão pede a imediata demarcação das terras da aldeia de Barreira da Cruz e se opõe à construção desta estrada que cortará a aldeia.”

A última reunião, em Brasília — a primeira realizada exclusivamente por índios —, contou com a presença de 220 representantes de 43 tribos de todo

o País. Promovido pela União das Nações Indígenas do Brasil, o encontro serviu para iniciar uma maior união de seus representantes — “A União das Nações Indígenas do Brasil fez com que os indígenas tivessem uma ampla conscientização, e foi o primeiro passo para uma verdadeira história do índio brasileiro no decorrer dos 482 anos de invasão de uma cultura e o sistema de vida dos dominantes.”

A preocupação da Unind, segundo Álvaro, índio Tucuna, “é mostrar os erros e perigos que o Governo traz para as nações indígenas, principalmente com relação à sua saúde e educação”. Apoiada apenas por entidades e pessoas ligadas às Igrejas Católica e Protestante, a Unind não é reconhecida pela própria Funai, “pelo fato de o índio ser considerado **relativamente incapaz**, termo racista em relação aos povos indígenas”.

Usando as “armas” que estão ao seu alcance, a Funai entrou, na Justiça Federal, no começo do ano, com ação de reintegração de posse “cumulada com perdas e danos” contra várias pessoas que invadiram ilegalmente a reserva dos índios Xicrin do Kateté, subgrupo dos Caiapó que habitam a região dos rios no município de Marabá. A invasão começou em 1976, quando o governo do Estado do Pará, através do Departamento de Estradas e Rodagem, iniciou a construção da rodovia PA-279 que pretendia ligar Marabá a São Félix do Xingu.

Sabendo da possibilidade de invasão das terras indígenas, a Funai demarcou um ano depois a reserva. Os invasores alegam que obedeceram a uma convocação do governo para desenvolver o sul do Pará, adquirindo terras fáceis, inclusive dentro da reserva

dos Xicrin, sem se interessar pela sua procedência.

A situação atual das terras dos índios Bororo de Mato Grosso é das mais críticas. A reserva indígena de Merure está apenas parcialmente demarcada, uma situação melhor do que a dos Bororo da reserva de Teresa Cristina, Tadarimana e Jarudori. Das três, a de Tadarimana está fortemente ameaçada por brancos interessados nas ricas matas e terras férteis; a de Teresa Cristina foi invadida por um fazendeiro que ocupa as melhores terras, deixando aos Bororo áreas arenosas sujeitas à invasão de posseiros e pescadores. O comentário geral na região é que “as reservas indígenas vão acabar”.

Em pior situação ainda se encontram os Bororo do Jarudori, forçados a abandonar gradativamente sua aldeia à medida que a área era ocupada por brancos atraídos pela garimpagem e exploração da lavoura, a partir da década de 40. Atualmente, os Bororo do Jarudori não são mais uma aldeia, mas um pequeno grupo de casas de palha totalmente abandonadas e cercadas por arame farpado, cujos moradores vivem dispersos sem se conseguir integrar nas vizinhas reservas Bororo.

“Cabe à Funai — denuncia a Comissão Pró-Índio — acelerar a demarcação das terras Bororo antes que sejam irremediavelmente invadidas por posseiros, fazendeiros e empresários ligados à exploração agropecuária. Cabe à Funai garantir que as terras indígenas demarcadas sejam registradas em cartório para a legalização de terras tribais usurpadas por métodos por demais conhecidos. Cabe à Funai indenizar a tribo Bororo pela perda das terras do Jarudori, com base na consulta às suas comunidades vergonhosamente



Mulher bororo. O cabelo cortado indica a fase aguda do luto.

burladas e negligenciadas pela passividade do órgão tutor frente às pressões da área.”

“Cabe à Funai alterar rapidamente o sentido de sua política etnocida, fachada de passiva convivência que mantém frente às pressões exercidas em plano nacional e internacional. Cabe a nós, membros da sociedade civil, desmascarar tal fachada acoplada ao desenvolvimento tecnocrata instaurado em nosso país, e lutar não por um “paternalismo” selvagem, mas pela salvaguarda, em nosso meio, dos reais direitos hu-

manos, que, antes de mais nada, são representados pelo real direito à sobrevivência.”

Pedro Zan, jornalista. Nessa atividade tem-se especializado no desenvolvimento de assuntos ligados à formação étnica do povo brasileiro. Mantém contacto, na atividade de repórter, com diversas tribos ao longo do Rio Negro. * Marisa Dias Costa, desenhista e ilustradora. Participante de diversas exposições, atua, desde 1979, na Folha de S. Paulo.

Fotos do Museu Plínio Ayrosa



Caçadores bororos da área do Rio São Lourenço, a sudoeste de Cuiabá, proximidades do Pantanal. Década de 30.



Chefe de ceremonial bororo ostentando insignias de seu clã, usadas por ocasião dos funerais. Região das Missões Salesianas.



Na região do São Lourenço, a panela de alumínio e as vestes rústicas indicavam a influência do homem branco há cerca de cinquenta anos.